

Belo Horizonte, 17 de maio de 2010.

OF. SEDE CENTRAL/SEC-068/2010

ASSUNTO: TERMO DE ACORDO (FAZ)

EXMA. SRA.

RENATA MARIA PAES DE VILHENA

MD. SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

Prezada Secretária.

Envio em anexo proposta de Termo de Acordo conforme discutido em reunião realizada no dia 12 de maio de 2010.

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

BEATRIZ DA SILVA CERQUEIRA  
COORDENADORA GERAL

**TERMO DE ACORDO CONTENDO OBRIGAÇÃO DE FAZER QUE ENTRE SI  
CELEBREM, DE UM LADO, O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
E, DE OUTRO, O SIND-UTE – SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES  
EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS**

**O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, através dos seus  
representantes \_\_\_\_\_ e, o  
**SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS  
GERAIS**, neste ato representado pela Coordenadora Geral da entidade Beatriz  
da Silva Cerqueira e as diretores estaduais Marilda de Abreu Araújo e Feliciano  
Saldanha firmam o presente Termo de Acordo de Obrigações de Fazer  
Bilaterais entre as partes relativas às reivindicações dos trabalhadores em  
educação da rede estadual mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FORMAÇÃO DE COMISSÃO PARA ESTUDO DA  
REIVINDICAÇÃO SALARIAL**

- 1.1. O objetivo desta comissão é a realização de estudo para viabilizar a  
modificação dos vencimentos básicos e alteração do padrão remuneratório da  
carreira da educação, através da incorporação de vantagens, transitórias ou  
permanentes, de todos os servidores públicos da educação de Minas Gerais de  
modo a alcançar o Piso Salarial Profissional Nacional.
- 1.2. Será instituída através de Resolução conjunta da Secretaria de Estado da  
Educação e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, imediatamente  
após a suspensão da greve da categoria.
- 1.3. A comissão terá 20 dias para realizar seu trabalho com a formulação de  
estudo, conclusão e proposta. Será composta com representação paritária  
entre o Governo Estadual e o Sind-UTE MG.
- 1.4. O resultado do trabalho da Comissão será apresentado através projeto de  
lei que será protocolado na Assembléia Legislativa em até 10 dias após o  
término dos trabalhos da comissão.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – QUESTÕES FUNCIONAIS DOS SERVIDORES EM GREVE**

2.1. O pagamento dos salários dos servidores em greve está mantido, sem a realização de quaisquer cortes/descontos por motivo da greve.

2.2. Caso a frequência já tenha sido lançada com corte de salário, o Governo de Estado providenciará folha complementar com pagamento até o dia 07 de junho.

2.3. O coletivo de servidores da educação de cada escola estadual ou Superintendência Regional de Ensino que tenha participado da greve organizará um calendário de reposição dos dias de paralisação conjuntamente com o colegiado escolar.

2.4. O período de paralisação por motivo de greve está anistiado pelo Estado de Minas Gerais e não acarretará quaisquer conceitos negativos na avaliação de desempenho do servidor; não será computado para o percentual de infrequência que ocasione exoneração do servidor em estágio probatório; não representará dispensa de servidores designados e efetivados; não configurará abandono de cargo, desídia ou infração disciplinar/funcional do servidor, nem instauração de processo administrativo; não representará a perda do direito às férias-prêmio; não acarretará prejuízo para fins de contagem de tempo de serviço para aposentadoria e para a aquisição de férias regulamentares e, não ensejará a aplicação de qualquer tipo de penalidade ou prejuízos aos servidores da educação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

3.1 A publicação dos editais para realização de concursos públicos para provimento de cargos da SEE ocorrerá até o final do mês de junho de 2010.

## **CLÁUSULA QUARTA – ELEIÇÃO PARA DIREÇÃO DE ESCOLA**

4.1. A certificação dos diretores de Escola bem como a realização de consulta à comunidade para indicação de candidatos ocorrerá até o final de 2010.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DESISTÊNCIA DA AÇÃO JUDICIAL**

5.1. O Estado de Minas Gerais desiste da AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DA GREVE DA EDUCAÇÃO, processo nº. 1.0000.10.021538-3/000, em trâmite pela 7ª Câmara Cível do TJMG, bem como de todos os seus consectários, tais como da multa cominatória e penalidades de advindas, formulando nos autos pedido de desistência no prazo de 24 horas da suspensão da greve.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DEMAIS PONTOS DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2010**

5.1. Os demais pontos da pauta de reivindicações serão discutidos entre o Governo Estadual e o Sind-UTE MG até 30 de junho de 2010.

E, por se acharem assim acordadas, assinam as partes o presente instrumento em \_\_\_\_\_ vias do mesmo teor.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.